

# Ameaças nas negociações

Ao reatar com os bancos credores as negociações sobre a dívida externa, o presidente do Banco Central, sr. Fernando Milliet, está enfrentando novas pressões da parte de seus interlocutores. O Comitê de Assessoramento dos bancos parece querer aproveitar a substituição do ministro da Fazenda e do sr. Fernão Bracher para criar novas dificuldades, neste momento delicado. Resta-nos apenas esperar que os bancos credores compreendam que a boa vontade manifestada pelo governo brasileiro merece uma resposta adequada e que o Brasil não pode fazer o impossível na situação atual.

Já tivemos oportunidade de dizer que a proposta mexicana de "securitização" da dívida, ao invés de facilitar as negociações do Brasil, poderia complicá-las. Com efeito, a comunidade financeira internacional, ressalvados alguns bancos regionais, está reagindo contra tal proposta, que consagraria um deságio de 50% sobre a dívida do México, firmando um perigoso precedente. Enquanto a estudam, os bancos credores assumem uma atitude mais rígida, adversa ao Brasil.

Agora, são duas ameaças sérias contra o Brasil: a exigência do pagamento dos juros devidos a partir de janeiro de 1988 e a possibilidade de rebaixamento de categoria dos créditos do Brasil, que depende de uma decisão do Icerc, isto é, da agência intergovernamental incumbida de avaliar os riscos que apresentam os devedores.

A exigência de que o Brasil honre seus compromissos desde 1º de janeiro de 1988, pagando os juros estipulados, parece constituir o principal obstáculo. Baseia-se num trecho, de interpretação duvidosa, do comunicado oficial em que o Comitê de Assessoramento anunciava, em 5 de no-

vembro último, o acordo com o Brasil. O comunicado dizia: "O esforço cooperativo mencionado acima (referente a entendimento com agências internacionais e instituições financeiras multilaterais) dará sustentação ao Brasil para manter em dia os pagamentos de juros a partir de 1º de janeiro de 1988". O comunicado emitido pelo ministro da Fazenda em 6 de novembro era um pouco diferente: "Resta agora, no curto prazo, a importante tarefa de, junto com o acordo global, definir-se tempestivamente o financiamento bancário do primeiro semestre de 1988". Naquela ocasião havíamos assinalado as diferenças de interpretação, que hoje provocam um impasse, com os bancos credores exigindo o pagamento dos juros de 1988. A delegação brasileira não aceita a interpretação do Comitê de Assessoramento e, a respeito, assinala que o Brasil não poderia ficar corrente no pagamento de juros a partir de 1º de janeiro de 1988 se não obtiver o necessário apoio da comunidade financeira internacional. Para isso, exige-se, pelo menos, um acordo preliminar, um esboço do acordo definitivo. É precisamente essa minuta do acordo o motivo da presente viagem do sr. Fernando Milliet a Nova York. Se a assinatura do acordo provisório (segunda fase) tem como condição o pagamento dos juros correspondentes a 1988, não há possibilidade de se chegar ao acordo definitivo.

O governo dos Estados Unidos, tomando por base a interpretação do Comitê de Assessoramento, ameaça decretar o rebaixamento de categoria dos créditos do Brasil, que seriam considerados como *value impaired*, e obrigaria os bancos norte-americanos a constituírem novas reservas, tornando impossível um novo acordo.

Antes de sua viagem, o presiden-

te do Banco Central, sr. Milliet, havia mantido contatos com as autoridades do Tesouro norte-americano a respeito desse assunto, para explicar que o Brasil, não estando seguro de chegar ao acordo definitivo, não poderia efetuar o pagamento dos juros no mês corrente. Algumas provas de boa vontade, que aparentemente foram dadas, deverão ser confirmadas nos próximos dias. Quanto aos bancos credores, mostram-se até agora inflexíveis, negando-se a participar da segunda fase do acordo preliminar se não lhes forem pagos os juros de 1988.

A primeira tarefa do presidente do Banco Central deve consistir em superar tal impasse. Até o momento, o clima não lhe é favorável, mas espera-se que, após tomar conhecimento das declarações feitas pelo novo ministro da Fazenda, os credores se mostrem mais cordatos e procurem colaborar com o Brasil no sentido de promover sua reintegração na comunidade financeira internacional. O governo brasileiro já se decidiu a iniciar conversações com o FMI, e demonstrou sua boa vontade ao sacar das reservas nacionais 500 milhões de dólares para pagar juros atrasados. Mas, com as parcas reservas que possui, não pode, se não obtiver uma certa segurança, voltar a desembolsar suas divisas.

O País necessita do acordo com os bancos credores e com o FMI para ter tranqüilidade no campo externo e poder enfrentar com realismo os grandes problemas internos. No momento, é obrigado a manter suas reservas no Banco Internacional de Pagamentos, em Basel, e a receber, por elas, remuneração muito inferior à usual. O Brasil tem condições de superar o estado de asfixia cambial em que ora se encontra, mas, para isso, necessita de compreensão maior da parte de seus credores.